

ESTADO DE SÃO PAULO

Íntegra da fala de Fernando Henrique

17-A-19

26 ABR 1996

Abaixo, o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o lançamento da Campanha Nacional de Prevenção de Cegueira:

"Outro dia eu estava relendo um trabalho de um economista, cientista político americano, chamado Albert Reischman (?), que é um grande cientista social, com quem eu tenho o prazer de ter uma relação de amizade muito antiga. E ele escreveu um trabalho muito interessante, que se chama "Obstáculos a um desenvolvimento".

Por quê? Porque ele visitou com muita frequência a América Latina, sobretudo o Brasil, a Colômbia e o Chile, e todo mundo só falava nos obstáculos ao desenvolvimento. Ele disse: olha, aqui vocês têm que acabar com essa mania de ver obstáculos ao desenvolvimento e perceber que existe na cabeça de vocês; o obstáculo é ver o desenvolvimento.

Por que eu faço essa referência? Porque eu acho que nós estamos passando por um grande processo de mudança e há muita gente que tem obstáculos mentais a ver que a mudança que já está ocorrendo. O exemplo é esse aqui hoje e que se reitera. Quantas vezes eu venho a solenidades que têm o mesmo sentido, que é de mostrar que as coisas mudaram. O modo de proceder mudou.

O dr. Jatene, outro dia, fez uma reunião sobre a dengue. Daqui a pouco, fico especialista em — não digo em dengue, mas de ouvir falar em dengue.

Freqüentemente, nós temos voltado ao tema que foi agora referido, dos agentes comunitários de saúde, do médico de família. Foi, pessoalmente, mais de uma vez, ao Rio Grande do Norte, em contato com os agentes de saúde; fui para o interior do Ceará, para uma cidade chamada Iracema, ver a ação direta dos agentes comunitários de saúde.

Em várias ocasiões, conversei sobre isso com o go-

vernador Brito, no Rio Grande do Sul. Nós sabemos que, em São Paulo, estamos começando programas. Acredito muito nisso: Acredito realmente muito nisso. Acho que a medicina preventiva e o serviços diretos, imediatos, prestados através de uma relação muito íntima com a comunidade, são a chave do êxito na questão da saúde no Brasil.

Isso não quer dizer que não se tenha que olhar para a medicina curativa, nem para os hospitalares. Mas são dois níveis diferentes e, a longo prazo, o que resolve mesmo é a medicina preventiva. E são esses esforços da comunidade. E comunidade aqui não é apenas o paciente ou aqueles que são potencialmente pacientes, mas também a comunidade médica, dos enfermos, dos técnicos e o governo. Porque, se nós não estivermos juntos, nós não vamos resolver as questões do Brasil. Para não falar nas grandes questões, que são as que mais têm nesses últimos dias nos preocupado, que também não vão ser resolvidas, se não houver esse mesmo espírito de solidariedade, de convergência de propósitos.

Aqui, com a liderança do ministro Jatene, nós estamos conseguindo, pouco a pouco, avançar nessa direção. E a cerimônia de hoje, esses convênios aqui assinados são exemplo disso. São exemplo disso e mostram precisamente que existe uma mobilização de energias na sociedade, que se dispõe efetivamente a atacar os problemas sem preconceitos.

Não há outro caminho. O caminho é este mesmo, é o caminho de incentivar essas ações que são ações de alcance social, que tem que ser de prestação continuada. Não adianta simplesmente uma campanha, tem que haver aí um esforço de rotinização desse tipo de atitude. Não creio que a questão da falta de recurso seja suficiente para dizer, então, não há o que fazer. Não. Há falta de recursos sim, mas há o que fazer.

E já que falamos em falta de recurso, ministro, quero reiterar o meu apoio total ao CPMF, à necessidade de nós nos organizarmos. Estamos a poucas semanas de uma decisão importante do Congresso Nacional que, certamente, não vai resolver, como por milagre, todas as questões da saúde, mas vai dar um

espaço de ação mais consequente e mais eficaz.

E não adianta dizer que isso vai ter efeito tal ou qual. Quando nós tivemos o imposto sobre o cheque, houve muita reclamação. Eu era ministro da Fazenda. Quando ele acabou, ninguém nem percebeu, não houve variação de preço nenhuma. Então, as pessoas absorvem ou não absorvem sem que haja nenhuma dificuldade maior, nem me venham dizer que isso vai ter impacto inflacionário. Já acabou essa mentalidade: porque aumentou um pouquinho aqui, transmite para os outros preços. Não vai ser assim.

Teremos a prudência necessária, não só em avaliar a alíquota quando for conveniente, como também a firmeza em que os recursos serão usados para a destinação que lá está prevista e, se for o caso, ele é provisório, mas para ser provisório eu preciso da reforma tributária, que permita assegurar a continuidade da prestação dos serviços. Porque não nos iludamos: Tudo custa e alguém tem que pagar. E é melhor que os mais ricos paguem pela saúde dos mais pobres.

Isso tem que ficar muito claro: E esse imposto não vai pegar no povo. O povo não tem cheque, não usa cheque. É um imposto socialmente justo. Todo imposto é desagradável, senão, não tinha esse nome, não seria imposto, seria voluntário. Mas ele se chama imposto porque é uma imposição, porque ninguém gosta, mesmo, de pagar. E é normal que não goste. Mas, se é assim... Por isso, é que existem o Poder Público, o Congresso, o Executivo, para impor.

Agora, a imposição só é justa: quando fica bem claro quem é que está pagando e a que se destina aquele recurso. Nesse caso, há todas as explicações — de quem paga e a que se destina. De modo que eu vou me empenhar, a fundo, junto ao Congresso Nacional, para que nós tenhamos, realmente, essa possibilidade.

Eu não quero me estender mais, a não ser felicitação, agradecer muito as palavras do dr. Adalmir Dantas, agradecer a presença de tantas pessoas aqui, inclusive do meu oftalmologista; o qual eu já convoco para me dar uma consulta rápida, gratuita, no meu gabinete, lá em cima. Muito obrigado."